



SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

CARGO 2:

Cargo 2: Analista – Especialização: Advocacia

PROVAS OBJETIVAS

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais e os dados identificadores do cargo/especialização para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas. Confira também o seu nome e o nome do cargo/especialização para o qual você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo/especialização para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
Há uma coisa tão inevitável quanto a morte: a vida.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o *mouse* está configurado para pessoas destras; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; **teclar** corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 21

1 A violência instalada nas grandes cidades levou
muitos brasileiros a fazer o caminho oposto ao dos
antepassados. Em busca de melhor qualidade de vida, eles
4 abandonaram as capitais e os centros urbanos. Instalaram-se em
urbes do interior que, ao longo dos últimos anos, atraíram
investimentos e ampliaram o mercado de trabalho. Ali, os
7 novos moradores poderiam usufruir do conforto urbano aliado
à tranquilidade decorrente da garantia de segurança.

Levantamento do Mapa da Violência mostrou que o
10 cenário pacífico ficou no passado. Divulgado no dia 30 de
março pelo Instituto Sangari, o documento prova que a
criminalidade mudou de endereço. Migrou das capitais e
13 regiões metropolitanas para o interior. Em 10 anos, cresceu o
número de homicídios. Em 1997, a média era de 13,5
assassinatos para cada grupo de 100 mil pessoas. Em 2007, a
16 cifra saltou para 18,5.

Mais: os dados reforçam tendências que vêm causando
crescente apreensão às autoridades atentas à evolução do perfil
19 da violência no país. Um deles: aumenta o número de
homicídios entre jovens. Em 1980, eram 30 casos para cada
100 mil habitantes. Em 2007, nada menos que 50,1. Outro:
22 homens são vítimas preferenciais — 90% das ocorrências.
Mais uma: os negros lideram o ranque dos mortos —
25 incremento de 21% em relação às estatísticas dos períodos
anteriores.

As informações do Mapa da Violência permitem
extrair conclusões e sugerir medidas. “O sapo”, escreveu
28 Guimarães Rosa, “não salta por boniteza, mas porém por
precisão”. O mesmo ocorre com a bandidagem. Criminosos
buscaram novos abrigos porque os antigos não mais lhes
31 oferecem as condições de que precisam. O Plano Nacional de
Segurança Pública e o Fundo Nacional de Segurança
implementaram ações eficazes que dificultaram a
34 movimentação do crime organizado. Entre elas, o
aparelhamento dos sistemas de segurança pública nos grandes
conglomerados.

O combate a malfeitores não se deve restringir às
37 metrópoles. Deve, para atingir o fim a que se propõe —
erradicar o crime ou reduzir os casos a níveis civilizados —,
40 estender a guerra aos novos territórios. Além de medidas
repressivas, impõem-se iniciativas preventivas. Sem isso, os
novos mapas a serem divulgados nos próximos anos mostrarão
43 a troca de seis por meia dúzia. Em vez de diminuir a ocorrência
nacional do crime, indicarão apenas a mudança de endereço.

Crime muda de endereço. In: Correio
Braziliense, 1.º/4/2010, p. 22 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos às ideias do texto.

- 1 De acordo com o texto, cidades pequenas são locais atraentes para investidores e oferecem amplo mercado de trabalho.
- 2 O nível de criminalidade cresceu nas cidades interioranas em virtude das dificuldades encontradas, nas grandes cidades, pelos transgressores da lei.
- 3 De um lado, o cenário atual da violência tende a piorar a vulnerabilidade de três grupos sociais: o dos jovens, o dos homens e o dos negros; de outro lado, esse fenômeno deve levar à diminuição de atos violentos contra as mulheres.
- 4 O texto mostra que o crime organizado nas metrópoles diminuiu desde que o Plano Nacional de Segurança Pública e o Fundo Nacional de Segurança puseram em prática medidas coercivas.
- 5 Segundo o texto, impedir os crimes previamente é uma medida, no mínimo, tão necessária quanto repreender os criminosos.
- 6 O trecho “o documento prova que a criminalidade mudou de endereço. Migrou das capitais e regiões metropolitanas para o interior” (ℓ.11-13) é suficiente para concluir que os atos criminosos deixaram de existir nas grandes cidades e passaram a fazer parte do dia a dia das cidades do interior.

Com relação à estrutura do texto, julgue os próximos itens.

- 7 Com exceção de “atraíram” (ℓ.5) e de “ampliaram” (ℓ.6), todas as formas verbais do primeiro parágrafo fazem referência a “muitos brasileiros” (ℓ.2).
- 8 Os termos “Um deles” (ℓ.19) e “Outro” (ℓ.21) referem-se a “os dados” (ℓ.17).
- 9 Os termos “antigos” (ℓ.30) e “grandes conglomerados” (ℓ.35-36) retomam a ideia de “as capitais e os centros urbanos” (ℓ.4).
- 10 O trecho “estender a guerra aos novos territórios” (ℓ.40) pode ser alterado para **estender os novos territórios à guerra** sem se prejudicar a correção gramatical e o sentido original do período.
- 11 O pronome “isso” (ℓ.41) faz referência ao “Plano Nacional de Segurança Pública” (ℓ.31-32) e ao “Fundo Nacional de Segurança” (ℓ.32).

Com relação à pontuação empregada no texto, julgue os itens seguintes.

- 12 Na linha 3, a substituição do ponto que finda o primeiro período por dois-pontos mantém a correção gramatical do texto, desde que se altere a inicial de “Em” para minúscula.
- 13 Na linha 5, do ponto de vista gramatical, seria correto o deslocamento da vírgula que sucede a palavra “que” para imediatamente após o vocábulo “interior”.
- 14 A correção gramatical do texto seria mantida caso o trecho “Divulgado no dia 30 de março pelo Instituto Sangari” (ℓ.10-11) fosse deslocado para depois da expressão “o documento” (ℓ.11) da seguinte forma: O documento divulgado no dia 30 de março pelo Instituto Sangari.
- 15 Seria incorreto o emprego de vírgula logo após “Mapa da Violência”, em “As informações do Mapa da Violência permitem extrair conclusões e sugerir medidas” (ℓ.26-27).

Com referência à concordância e à regência verbal e nominal empregadas no texto, julgue os itens a seguir.

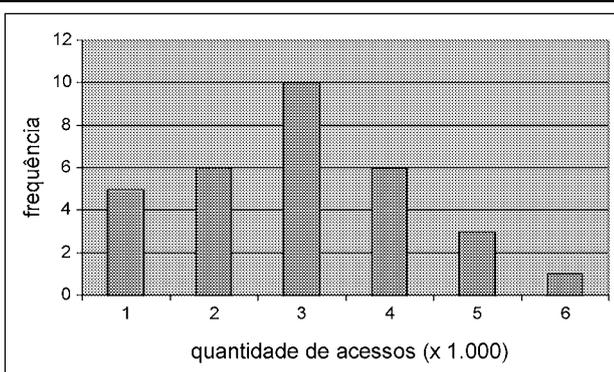
- 16 Em “levou muitos brasileiros a fazer o caminho oposto ao dos antepassados” (ℓ.1-3), a forma verbal “fazer” poderia ser corretamente flexionada no plural — **fazerem**.
- 17 Na linha 17, a locução “vêm causando” apresenta concordância de número com o seu respectivo sujeito, “os dados”.
- 18 No trecho “vêm causando crescente apreensão às autoridades” (ℓ.17-18), a ocorrência do acento grave deve-se à regência de “apreensão”.
- 19 Em “autoridades atentas à evolução do perfil da violência no país” (ℓ.18-19), o termo “à” poderia ser substituído, sem prejuízo gramatical ou de sentido para o texto, por **para a**.

Com referência ao vocabulário do texto e à ortografia, julgue os itens subsequentes.

- 20 No texto, a expressão ‘por precisão’ (ℓ.28-29) apresenta sentido equivalente a **com perfeição**.
- 21 A substituição do vocábulo “malfeitores” (ℓ.37) por **celerados** mantém o sentido do texto.

Julgue os itens seguintes, relativos à redação de correspondências oficiais.

- 22 Os princípios que regem a redação de correspondências oficiais favorecem a existência de uma única interpretação para o texto do expediente, assim como asseguram impessoalidade e uniformidade no trato dos assuntos concernentes aos órgãos governamentais.
- 23 O nível de linguagem utilizado em atos e expedientes oficiais encontra justificativa no seu caráter público e no fim a que eles se destinam, além da obrigatoriedade de que sejam inteligíveis para qualquer público.
- 24 Um texto de redação oficial deve ser redigido com vistas a evitar a prolixidade.
- 25 Os tratamentos Digníssimo Senhor e Ilustríssimo Senhor, atualmente, não fazem parte do rol de vocativos recomendados ou em uso.



Certa empresa, em determinado mês, realizou levantamento acerca da quantidade diária de acessos simultâneos ao seu sistema, cujo resultado é mostrado na figura acima. A partir das informações apresentadas nessa figura, e considerando que a distribuição da quantidade diária de acessos simultâneos é representada pela variável X , julgue os itens de 26 a 31.

- 26 A quantidade de 6 mil acessos simultâneos por dia representa a moda de X .
- 27 O mês em que esse levantamento foi realizado possui mais de 30 dias.

- 28 A quantidade de 2.000 acessos simultâneos diários representa o primeiro quartil da distribuição X .
- 29 É correto classificar a variável X como uma variável quantitativa ordinal.
- 30 A mediana amostral de X é igual a 3.500.
- 31 O coeficiente de variação de Pearson da distribuição X é superior a 50%.

Certa empresa possui dispositivos para evitar que seu sistema de informação seja invadido por pessoas não autorizadas a acessá-lo. Apesar disso, para cada tentativa de invasão, a probabilidade de sucesso é igual a 0,01. Sucesso é o evento que representa a situação em que o sistema é invadido. A partir dessas informações, julgue os itens a seguir.

- 32 Considerando n tentativas independentes de invasão, em que n é um número fixo tal que $n > 100$, a probabilidade de haver um único sucesso é inferior a $0,99^{n-1}$.
- 33 Considerando que o número de sucessos em 500 tentativas independentes de invasão seja representado por uma variável aleatória discreta W e que $Y = 3W - 10$, os valores esperados de X e de Y são iguais a 5.
- 34 Caso o total diário de tentativas de invasão seja uma variável aleatória representada por uma distribuição de Poisson com média igual a 100, o total diário de sucessos seguirá uma distribuição de Poisson com média e desvio padrão iguais a 1.
- 35 Considerando que uma sequência de tentativas independentes de invasão ocorra, e que essas tentativas cessem quando há o primeiro sucesso, então a distribuição do número de tentativas independentes até a ocorrência do primeiro sucesso seguirá uma distribuição geométrica com desvio padrão inferior a 95.

RASCUNHO

Para os itens de 36 a 40, serão consideradas como proposições apenas as sentenças declarativas, que mais facilmente são julgadas como verdadeiras — V — ou falsas — F —, deixando de lado as sentenças interrogativas, exclamativas, imperativas e outras. As proposições serão representadas por letras maiúsculas do alfabeto: A, B, C etc. Para a formação de novas proposições, denominadas proposições compostas, a partir de outras, usam-se os conectivos “e”, “ou”, “se ..., então” e “se e somente se”, e o modificador “não”, ou “não é verdade que”, simbolizados, respectivamente, por: \wedge , \vee , \rightarrow , \leftrightarrow e \neg . Dessa forma, $A \wedge B$ é lido como “A e B”; $A \vee B$ é lido como “A ou B”; $A \rightarrow B$ é lido como “se A, então B”; $A \leftrightarrow B$ é lido como “A se e somente se B”, significando, nesse caso, que $A \rightarrow B$ e $B \rightarrow A$; $\neg A$ é lido como “não A”. Uma proposição é simples quando, em sua formulação, não se emprega nenhum dos conectivos.

A cada proposição supõe-se associado um dos julgamentos V ou F, que se excluem. Para associar esses valores V ou F às proposições compostas, são usadas como critério as tabelas-verdades, como a seguir.

A	B	$A \wedge B$	$A \vee B$	$A \rightarrow B$	$A \leftrightarrow B$	$\neg A$
V	V	V	V	V	V	F
V	F	F	V	F	F	F
F	V	F	V	V	F	V
F	F	F	F	V	V	V

As proposições em que a tabela-verdade contém apenas V são denominadas tautologias, ou logicamente verdadeiras. Se a tabela-verdade contiver apenas F, a proposição é logicamente falsa.

Duas proposições A e B são equivalentes se suas tabelas-verdades forem iguais.

Tendo como referência as informações apresentadas, julgue os itens seguintes.

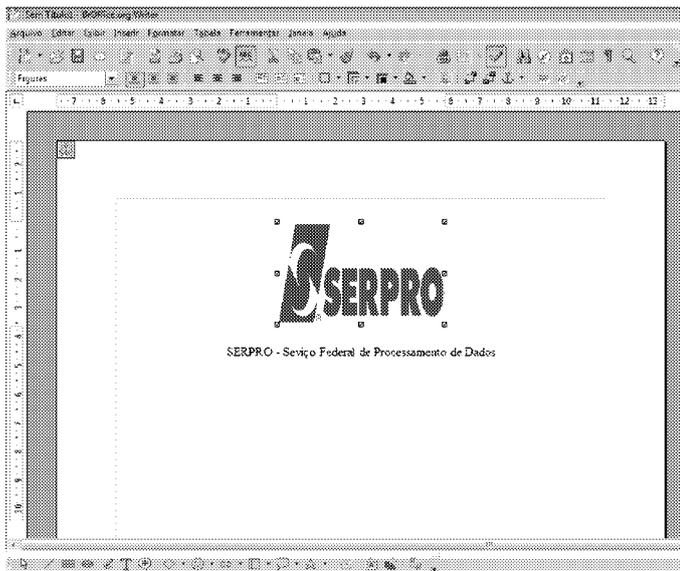
- 36 As proposições “Não precisa mais capturar nem digitar o código de barras” e “Não precisa mais capturar ou digitar o código de barras” são equivalentes.
- 37 Considerando todas as possibilidades de julgamento V ou F das proposições simples que formam a proposição “Se Pedro for aprovado no concurso, então ele comprará uma bicicleta”, é correto afirmar que há apenas uma possibilidade de essa proposição ser verdadeira.
- 38 Considerando todas as possibilidades de julgamento V ou F das proposições simples que formam a proposição “O SERPRO processará as folhas de pagamento se e somente se seus servidores estiverem treinados para isso”, é correto afirmar que há apenas uma possibilidade de essa proposição ser julgada como V.
- 39 Considere $M = \begin{bmatrix} x & -1 \\ 1 & x \end{bmatrix}$ uma matriz em que x pode assumir qualquer valor real. Nesse caso, é correto afirmar que a proposição “Para algum número real x , a matriz M não será inversível” é uma proposição verdadeira.
- 40 Considere a seguinte proposição: “ x , y e z são números reais tais que $x + y + z = 1$ e $2x + y + z = 0$ ”. Nesse caso, se essa proposição for V, então será V também a seguinte proposição: “ $x = -1$ e $y + z = 2$ ”.

A respeito do sistema operacional Linux, julgue os itens que se seguem.

- 41 O Linux é um sistema operacional multiusuário, por permitir que vários usuários possam utilizá-lo simultaneamente, e multitarefa, já que não possui restrições quanto à utilização de diversos programas ao mesmo tempo.
- 42 Os sistemas de arquivos são maneiras de armazenamento de arquivos em diretórios, sendo necessário que o usuário apenas conheça a estrutura desse sistema para poder acessar suas informações.
- 43 Considere que, após a execução do comando `ls`, um usuário obtenha a seguinte resposta:

```
drwxrwxrwx João users teste
```

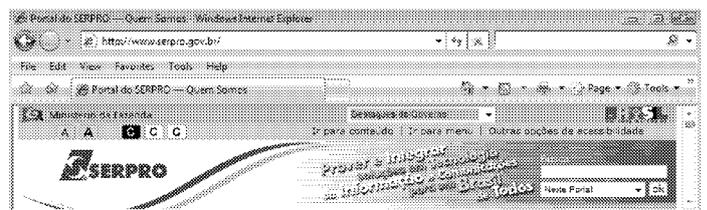
Nesse caso, no trecho `drwxrwxrwx`, `d` identifica o tipo de arquivo como arquivo comum; a segunda, a terceira e a quarta letras — `rw` — garantem a João a permissão de ler, gravar e executar o arquivo `teste`; respectivamente; e a quinta, a sexta e a sétima letras — `rw` — especificam, respectivamente, que, do grupo `users`, apenas João terá acesso ao arquivo `teste`.



Com relação à figura acima, que mostra um texto e uma imagem — logomarca do SERPRO — em processo de edição no BrOffice.org Writer, julgue os itens a seguir.

- 44 Ao clicar a imagem com o botão direito do *mouse* e selecionar a opção *Legenda*, o usuário cria automaticamente uma legenda personalizada para a imagem criada, que pode ser do tipo *Ilustração 1: Serpro*.
- 45 Na figura apresentada, o ícone  está selecionado e, por esse motivo, as funções de desenho são mostradas na parte inferior da imagem. Caso esse ícone não estivesse marcado e o usuário quisesse inserir a logomarca em um quadrado, ele deveria clicar sobre ela com o botão direito do *mouse*, selecionar a opção *Figura* e, na aba *Bordas*, determinar o quadrado no qual a imagem estaria inserida.
- 46 Se toda a palavra “Processamento” fosse selecionada, e o usuário clicasse a opção *Inverter Capitalização* e depois em *Maiúsculas*, as letras minúsculas seriam trocadas por maiúsculas e a letra maiúscula, por sua correspondente minúscula, resultando a palavra escrita da seguinte maneira: pROCESSAMENTO.
- 47 No BrOffice.org Writer, é possível personalizar um documento, a partir da inserção de figuras e sons nele, clicando-se a opção *Galeria no menu Ferramentas*, ou a

a partir da seleção do ícone , cujos temas serão dispostos para visualização. Não é possível, no entanto, adicionar novos arquivos na Galeria, devendo o usuário escolher o que deseja entre as opções disponibilizadas pelo Writer.



A figura acima mostra parte de uma janela do Internet Explorer em que o endereço eletrônico do SERPRO está aberto. Com relação à Internet e tendo como referência a figura apresentada, julgue os próximos itens.

- 48 Para salvar a página do SERPRO em seu *desktop*, o usuário deve clicar em *File* (arquivo) e depois em *Save as* (Salvar como) e selecionar o *desktop* (área de trabalho) como pasta de destino. Assim, a página salva poderá ser acessada, mesmo se não houver conexão com a Internet, mas nenhuma atividade poderá ser realizada enquanto a conexão não for restabelecida.
- 49 Ao acessar o endereço `www.serpro.gov.br`, o *website* será automaticamente salvo no histórico do *browser* Internet Explorer, assim como pode acontecer com os *cookies*. Na aba *Tools* (Ferramentas) e na opção *Internet Options* (Opções da Internet), o histórico pode ser definitivamente excluído, mas os *cookies* permanecerão na memória virtual do *browser*.
- 50 A opção *Tools* (Ferramentas) da barra de *menus* do *browser* Internet Explorer, que é sempre apresentada, exhibe instrumentos de proteção do computador, tais como os *Phishing Filters* (Filtros de phishing) e o *Pop-Up Blocker* (Bloqueadores de pop-ups). Eles ajudam a prevenir contra ameaças de vírus ou *malwares* e são suficientes para evitar invasões desse tipo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere à rescisão do contrato de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 51 De acordo com a jurisprudência pacífica do Tribunal Superior do Trabalho (TST), *factum principis* ocorre quando a paralisação do trabalho, temporária ou definitiva, decorre de ato administrativo ou legislativo do poder público, hipótese que, obrigatoriamente, determina a responsabilidade do Estado em indenizar os prejuízos causados.
- 52 De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é possível a rescisão bilateral do contrato trabalhista a ser celebrado entre as partes (distrato), ainda que haja renúncia de direitos trabalhistas pelo empregado.
- 53 Segundo jurisprudência do TST, na hipótese de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado não faz jus a aviso prévio, férias proporcionais e gratificação natalina.

Julgue os itens subsequentes, a respeito das formas de proteção ao trabalho.

- 54 A CLT proíbe expressamente conduta de empresa que exige atestado ou exame para averiguação do estado de gravidez para fins de admissão de empregada.
- 55 De acordo com a jurisprudência majoritária do TST, o dispositivo celetista que prevê descanso obrigatório para as trabalhadoras do sexo feminino de, no mínimo, quinze minutos antes do início do período extraordinário, ofende o princípio da igualdade contido no art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF).
- 56 Conforme a CLT, é lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários. Mas, na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, lhe é vedada a possibilidade de dar quitação ao empregador, sem assistência dos seus responsáveis legais, pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

Com relação ao direito do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 57 Em conformidade com a jurisprudência do TST, a validade do acordo ou da convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre dispensa inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.
- 58 De acordo com o TST, o empregado que pede demissão antes de completar doze meses de serviço não tem direito a férias proporcionais.
- 59 Consoante a jurisprudência do TST, a data de saída a ser anotada na carteira de trabalho e previdência social deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado.
- 60 Conforme o TST, a contribuição para o fundo de garantia do tempo de serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive gorjetas, prestações *in natura*, horas extras e gratificação natalina.

Com referência à jurisprudência do TST acerca da execução trabalhista, julgue os itens a seguir.

- 61 É admissível a interposição de recurso de revista para combater acórdão proferido em sede de agravo de petição, na liquidação de sentença ou em processo incidente na execução, desde que seja comprovada inequivocamente violência direta à CF.
- 62 Na execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado para garantir o crédito exequendo, ainda que haja nomeação de outros bens pelo executado.
- 63 É inaplicável na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente, hipótese, contudo, distinta, da prescrição da pretensão executiva, aceita pelo TST.

Julgue os próximos itens, relativos ao mandado de segurança de acordo com a jurisprudência do TST.

- 64 É cabível mandado de segurança para atacar decisão de antecipação da tutela deferida no bojo da sentença, uma vez que o recurso ordinário não possui efeito suspensivo.
- 65 A homologação de acordo constitui faculdade do juiz e não direito subjetivo das partes, razão pela qual não é tutelável pela via do mandado de segurança.

Quanto ao procedimento sumaríssimo, julgue os itens a seguir.

- 66 A ausência de pedido certo e determinado e da indicação correta do endereço do reclamado é causa para o arquivamento da reclamação trabalhista, assim como a condenação do reclamante em custas sobre o valor da causa.
- 67 Quando deferida a prova técnica, as partes são intimadas a manifestar-se acerca do laudo pericial no prazo comum de dez dias.

Em conformidade com a CLT e com os procedimentos e recursos trabalhistas na jurisprudência do TST, julgue os seguintes itens.

- 68 É cabível recurso ordinário das decisões definitivas dos tribunais regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de oito dias.
- 69 O recurso de revista tem efeito suspensivo e somente deve ser interposto na hipótese de violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à CF.
- 70 As questões processuais que surgem na tramitação de um processo, como regra, não são passíveis de ação rescisória, exceto na hipótese de consistirem em pressuposto de validade de uma sentença de mérito transitada em julgado.
- 71 Segundo jurisprudência do TST, não cabem embargos à seção de dissídios individuais de decisão de turma proferida em agravo para revisão dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade do recurso de revista, cuja ausência haja sido declarada originalmente pela turma no julgamento do agravo.

Julgue o item abaixo, a respeito da estrutura da CF e da hermenêutica das normas constitucionais.

- 72 A técnica de decisão denominada interpretação conforme a constituição deve ser utilizada quando uma norma admite mais de uma interpretação, uma com violação ao texto constitucional, outra não, devendo prevalecer a hermenêutica que esteja harmonizada com o texto constitucional, de forma a evitar a declaração de inconstitucionalidade da norma.

Julgue os próximos itens, acerca das formas do Estado e de governo.

- 73 Como forma de Estado, a Federação destaca-se pela perda da soberania dos estados federados em favor de um poder central, mantendo-se, no entanto, certa autonomia em seu favor, além do direito de secessão na hipótese de quebra do pacto federativo.
- 74 De acordo com a CF, a forma de governo republicana no Brasil é considerada cláusula pétrea e não pode ser modificada por emenda constitucional.
- 75 A Espanha e a Itália são exemplos de estados unitários com peculiaridades próprias, já que se caracterizam pela descentralização de poder, seja na execução das determinações centrais, seja na capacidade legislativa e política para eleição dos seus representantes.

No que concerne ao disposto na CF, julgue os itens a seguir.

- 76 A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta pelos parlamentares na mesma legislatura.
- 77 É vedado ao presidente da República editar medidas provisórias com força de lei acerca de matéria relativa a direito processual civil.
- 78 Na hipótese de irregularidade observada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contrato administrativo, o ato de sustação deve ser adotado diretamente pelo Congresso Nacional, o qual solicita ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se tais medidas não forem efetivadas no prazo de noventa dias, caberá ao TCU decidir a questão.
- 79 Compete privativamente ao presidente da República dispor, mediante decreto autônomo, sobre toda hipótese de extinção de funções ou cargos públicos, desde que seja para organizar o funcionamento da administração federal e reduzir os gastos com pessoal.
- 80 O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Julgue os itens que se seguem, a respeito dos princípios de direito administrativo e da administração indireta.

- 81 De acordo com a jurisprudência recente do STF, é possível a instituição de autarquias interestaduais, desde que a execução dos serviços seja comum aos referidos entes.
- 82 A empresa pública caracteriza-se por ter a composição do seu capital social distribuído entre pessoas jurídicas de direito público e de recursos da iniciativa privada, de modo que a entidade criadora deve possuir, obrigatoriamente, o domínio da maior parte do capital votante.

Com referência à anulação do ato administrativo e às licitações públicas, julgue os itens subsequentes.

- 83 Segundo a jurisprudência do STF, na hipótese de serem afetados interesses individuais, a anulação do ato administrativo pela administração pública não prescinde da instauração de processo administrativo para oitiva daqueles que terão modificada a situação já alcançada.
- 84 As condutas tipificadas como crime na Lei de Licitações somente são puníveis a título de dolo, único elemento subjetivo, pois são omissas quanto à previsão de conduta culposa.
- 85 A Lei de Licitações estipula e exige, de forma expressa, que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, devam ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da administração.

Julgue os itens a seguir, referentes ao direito administrativo.

- 86 Como exemplo do poder exorbitante conferido em favor da administração pública na celebração de contratos administrativos, a caducidade da permissão ou da concessão de serviços públicos pode ser declarada independentemente da abertura de processo administrativo para assegurar o contraditório da empresa contratada, bastando aferir os critérios objetivos para tanto.
- 87 As terras devolutas são bens dos estados, desde que não estejam compreendidas entre os bens da União.
- 88 Se a promulgação de uma lei de efeitos concretos provocar danos a determinado indivíduo, a doutrina majoritária entende que ficará configurada a responsabilidade civil da pessoa federativa da qual emanou a lei, que deverá responder à reparação dos prejuízos.
- 89 De acordo com a jurisprudência do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, não podem apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público, em razão de suas decisões serem de caráter eminentemente administrativo.
- 90 A Lei de Improbidade Administrativa é aplicável somente aos agentes públicos, e desde que induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade administrativa ou dele se beneficiem sob qualquer forma direta ou indireta.

Acerca do sistema tributário nacional, julgue os itens seguintes.

- 91** A destinação legal do produto da arrecadação de determinado tributo é imprescindível para qualificar sua natureza jurídica.
- 92** O Código Tributário Nacional admite que a prestação tributária ocorra nas formas *in natura* ou *in labore*.

Considerando que a União institua empréstimo compulsório em razão de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, julgue os itens a seguir.

- 93** O referido tributo deve obediência aos princípios da anterioridade e da irretroatividade.
- 94** No empréstimo compulsório, tributo não vinculado, é admissível a aplicação dos recursos provenientes de sua arrecadação em programas e investimentos de saúde pública.

Com relação a taxas, impostos e contribuições de melhoria, julgue os próximos itens.

- 95** É vedada a instituição de taxa cuja base de cálculo se constitua na prestação de serviços de informática consubstanciados na análise e desenvolvimento de sistemas.
- 96** A taxa é uma remuneração devida por um serviço público, de sujeição alternativa, que se estabelece em virtude de uma relação contratual entre o cidadão e o Estado, sendo sua cobrança dependente da efetiva utilização do respectivo serviço.
- 97** O ente tributante, ao instituir contribuição de melhoria, deve respeitar como limite individual o acréscimo de valor decorrente da valorização imobiliária resultante de obra pública.

Acerca da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens que se seguem.

- 98** As contas do Poder Judiciário, no âmbito estadual, serão apreciadas pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- 99** Segundo a LRF, é nulo de pleno direito o ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem prévio depósito judicial do valor da indenização.
- 100** É vedado ao Banco Central do Brasil emitir títulos da dívida pública.

Quanto à vigência e ao conflito de lei, julgue o item abaixo.

- 101** Uma das hipóteses em que a lei posterior revoga a anterior é quando seja com ela incompatível, sendo que a lei revogada, salvo disposição em contrário, se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Com relação às pessoas naturais e jurídicas, julgue os itens subsequentes.

- 102** A personalidade civil da pessoa natural começa do nascimento com vida, o que se constata com a respiração. Entretanto, a lei também resguarda os direitos do nascituro, que, desde a concepção, já possui todos os requisitos da personalidade civil.
- 103** Ainda que reste caracterizado o abuso da personalidade jurídica, não pode o juiz decidir de ofício pela desconsideração da personalidade jurídica.

Acerca do domicílio, julgue o item a seguir.

- 104** O servidor público tem domicílio no lugar em que exercer permanentemente as suas funções. Já o marítimo tem domicílio onde estiver matriculado o navio. Tais situações tratam, respectivamente, de hipóteses de domicílios necessário e voluntário especial.

Julgue os itens seguintes, relativos à prescrição e à decadência.

- 105** Considerando que Leonardo esteja a serviço do governo brasileiro em Washington – EUA e, por isso, passará três anos morando fora do Brasil, é correto afirmar que tal hipótese caracteriza causa interruptiva da prescrição.
- 106** Considere a seguinte situação hipotética. Antenor e Onofre — maiores e capazes — e Felipe — absolutamente incapaz — são credores solidários de uma obrigação indivisível. Nessa situação hipotética, se for suspensa a prescrição em favor de Felipe, tal suspensão não aproveitará a Antenor e Onofre.
- 107** Não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição, salvo disposição em contrário, que poderá decorrer, inclusive, de prévia e expressa vontade das partes.

Quanto ao negócio jurídico, julgue o item abaixo.

108 Considere a seguinte situação hipotética.

Cláudio, viúvo, é pai de André e Caio, ambos maiores e capazes. Cláudio pretendia doar um de seus imóveis para Caio, sem o consentimento de André. Assim, a fim de mascarar sua verdadeira intenção, que era a doação, Cláudio fingiu vender para Afonso, seu melhor amigo, um de seus imóveis e, posteriormente, esse falso adquirente vendeu, também fictamente, o mesmo bem a Caio, que passou a ser o proprietário definitivo do imóvel.

Nessa situação hipotética, os contratos celebrados entre Cláudio e Afonso e entre Afonso e Caio são anuláveis e, por isso, poderão convalidar-se pelo decurso do tempo ou serem validados posteriormente pela confirmação de André.

A respeito dos contratos em espécie, cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

109 Mauro, técnico altamente especializado, presta seus serviços à empresa XX, por meio de contrato escrito. Ocorre que a empresa ZZ, concorrente da empresa XX, aliciou Mauro, que passou a prestar os seus serviços, com exclusividade, à empresa ZZ. Nessa situação hipotética, a empresa XX poderá pleitear da empresa ZZ indenização correspondente ao valor que Mauro receberia da empresa XX, durante dois anos, se lá ainda estivesse prestando os seus serviços.

110 Alfredo contratou uma empreiteira para a construção de um edifício de quatro andares, sendo que a referida empresa foi responsável não só pela mão de obra, como também pelo fornecimento de todo o material da obra, que foi, finalizada em 29/5/2004. Em 1/4/2008, foram detectadas diversas rachaduras na fachada do edifício, razão pela qual Alfredo ingressou com ação, em face da empreiteira, em 19/10/2008. Nessa situação hipotética, quando da propositura da ação contra a empreiteira, já havia decaído o direito de Alfredo.

Princípios são normas que fornecem coerência e ordem a um conjunto de elementos, sistematizando-os. Acerca dos princípios, julgue os próximos itens.

111 Conforme observa a melhor doutrina, para a concretização do princípio do contraditório, o juiz deve estabelecer constante e intenso diálogo com as partes no processo, a fim de assegurar decisões de melhor qualidade.

112 O princípio do juiz natural pode ser entendido de duas formas distintas, sendo que a primeira diz respeito à impossibilidade de escolha do juiz para o julgamento de determinada demanda e a segunda diz respeito à proibição da criação de tribunais de exceção.

Em relação às sentenças, julgue os itens subsequentes.

113 Em decorrência do princípio da congruência, o juiz não pode proferir sentença de natureza diversa ou a mais do que for pedido pelo autor. Tal princípio, também conhecido como princípio da correlação ou da adstrição, não comporta exceções, razão pela qual toda e qualquer decisão proferida sem a sua observância é nula.

114 A sentença *citra* ou *infra petita* pode ser corrigida por meio de embargos de declaração.

Recurso é um ato de inconformismo que tem por finalidade provocar a revisão de uma decisão judicial que desagrade a parte. Quanto aos recursos, julgue os itens a seguir.

115 O direito brasileiro adotou o princípio da proibição da *reformatio in pejus*, de forma que, como regra geral, é aceitável que a situação do recorrente piore em razão do julgamento do seu próprio recurso.

116 Os embargos infringentes têm por escopo a reforma de decisões não unânimes proferidas nos julgamentos de ação rescisória, apelação e mandado de segurança.

117 É cabível recurso de cidadão eleitor, mesmo que estranho à ação popular, na qualidade de terceiro, submetendo-se, ele, a partir do seu ingresso, ao regime de assistência litisconsorcial.

Julgue os itens seguintes, referentes ao mandado de segurança e à ação civil pública.

118 A ação civil pública também pode ser proposta por empresa pública, mas, para tanto, é imprescindível que se possa identificar relação de pertinência entre o pedido formulado pela entidade autora da ação civil pública e seus próprios interesses e objetivos como instituição.

119 Nos termos da Lei n.º 12.016/2009, não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas. Portanto, não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.

Acerca do processo de execução, julgue o item abaixo.

120 O juiz pode, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos, o que impede a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens.

